



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MISP - POLÍCIA FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/RJ

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO**

Processo nº 08455.010334/2020-15

**1. OBJETO**

1.1. O presente instrumento tem como objetivo a contratação de empresa especializada e credenciada para prestação de serviço contínuo, durante 12 (doze) meses, sem dedicação exclusiva de mão de obra, **de coleta, transporte e disposição final de Lixo Comum Extraordinário e Entulho** gerado nas áreas do edifício sede da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro, com **fornecimento** de 03 (três) containers polietileno de alto impacto com capacidade de 1,2 m³ e 01 (uma) caçamba de aço de 5,00 m³, em regime de comodato durante a vigência do contrato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento;

**2. JUSTIFICATIVA**

2.1. A presente contratação visa assegurar a continuidade dos serviços de coleta de lixo extraordinário e de entulho no prédio Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro, visto que o **Contrato nº 12/2015-SR/PF/RJ**, atualmente vigente, que tem por contratada a empresa **RODOCON CONSTRUÇÕES RODOVIÁRIAS LTDA**, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 30.090.575/0001-03**, terá seu prazo expirado em **21/10/2020**, quando atinge o prazo legal de 60 meses desde sua assinatura inicial.

2.2. Ainda, a licitação deverá ser balizada na IN 05/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, publicada em 26 de maio de 2017, que trouxe importantes inovações no modo de contratação de serviços terceirizados, havendo necessidade de adequação formal e material do processo de contratação.

2.3. Os serviços a serem contratados são passíveis de terceirização, pois enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 2018, constituindo-se em atividades auxiliares, instrumentais ou acessórias à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos, visto que, o Departamento de Polícia Federal, Órgão integrante da estrutura do Ministério da Justiça, tem seu quadro de pessoal composto pelos Cargos da Carreira Policial Federal (Delegado, Agente, Escrivão, Papiloscopista e Perito Criminal Federal), de que trata o Decreto-Lei 2.251, de 26 de fevereiro de 1985, e daqueles que compõem o Plano Especial de Cargos, de que trata a Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003.

2.4. O contrato visa proporcionar ao público em geral condições mínimas de higiene e conforto, além da manutenção e conservação do bem público em caráter permanente.

2.5. O planejamento deve buscar o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e/ou financeiros despendidos na contratação de serviços de terceiros.

2.6. Os equipamentos a serem utilizados nos serviços serão fornecidos diretamente pela empresa contratada, fazendo parte da composição dos custos, o que resultará numa melhor aplicação dos recursos empregados, uma vez que a contratada será a maior interessada em racionalizá-los, cuja economia será repassada direta ou indiretamente ao órgão contratante;

**3. ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

3.1. Esta contratação, está alinhada com os Macro Objetivos do Plano Estratégico da Polícia Federal, conforme Portaria nº 4.453/2014-DG, publicada no Boletim de Serviço 093, de 19 de maio de 2014:

3.2. Em relação ao Governo

3.2.1. Ser reconhecida como modelo de gestão perante o Poder Público.

3.3. Em relação à Sociedade

3.3.1. Ser reconhecida como motivo de orgulho e admiração perante a nação.

3.4. Em relação ao público interno

3.4.1. Ser reconhecida pelos servidores como uma das melhores instituições públicas para trabalhar.

3.5. E ainda, aos seguintes Objetivos Institucionais e Ações Estratégicas do órgão:

3.5.1. Objetivo Institucional: Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais;

3.5.1.1. Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.

3.5.2. Ação Estratégica: Gestão de Obras e Infraestrutura;

3.5.2.1. Ampliar suas instalações e modernizar sua infraestrutura, bem como desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de gestão de obras, aprimorando, formalizando e padronizando procedimentos, técnicas e metodologias de controle e fiscalização, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

3.5.3. Ação Estratégica: Gestão de Contratos

3.5.3.1. Acompanhar e controlar sistematicamente a execução dos contratos, agindo de forma pró-ativa e preventiva para o pleno cumprimento das cláusulas previstas no instrumento contratual, bem como analisar e verificar a necessidade de ajustes, melhorias e renovações.

3.5.4. Objetivo Institucional: Fortalecer a governança;

3.5.4.1. Fortalecer os mecanismos do órgão que definem o direcionamento estratégico, supervisionam a gestão, promovem o envolvimento das partes interessadas, gerenciam riscos estratégicos, monitoram os resultados, o desempenho e o cumprimento de políticas e planos e promovem a *accountability* e a transparência, garantindo a eficácia e efetividade das ações e fornecendo subsídios para processo decisório de qualidade.

#### 4. NORMATIVOS LEGAIS

4.1. O Serviço sob o regime de execução indireta tem como seus principais regulamentos legais:

- 4.1.1. Lei 8.666/1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- 4.1.2. Lei 9784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;
- 4.1.3. LEI N.º 3273/ 2001 - Dispõe sobre a Gestão do Sistema de Limpeza Urbana no Município do Rio de Janeiro.
- 4.1.4. PORTARIA COMLURB N.º 2-N DE 29/01/2019 - Estabelece as diretrizes para o CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas que desejam prestar serviços de coleta e remoção de resíduos sólidos especiais na Cidade do Rio de Janeiro.
- 4.1.5. Decreto Estadual/RJ nº 42.159/2009 - Dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental-SLAM e dá outras providências.
- 4.1.6. Lei 10.520/2002 que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- 4.1.7. Lei 9.632/98 que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e das outras providências;
- 4.1.8. Lei 8.078/1990 que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências;
- 4.1.9. Lei Complementar 123/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; Lei 11.488/2007;
- 4.1.10. Decreto 8.538/2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública;
- 4.1.11. Decreto nº 7.746/2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP ([Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017](#));
- 4.1.12. Decreto 5.450/2005, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- 4.1.13. Decreto nº 9.507/2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;
- 4.1.14. Instrução Normativa 05/2017- SEGES/MPDG, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- 4.1.15. Portaria 409/2016, que dispõe sobre as garantias contratuais ao trabalhador na execução indireta de serviços e os limites à terceirização de atividades, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas estatais federais controladas pela união.

#### 5. CONTRATAÇÃO ANTERIOR

5.1. Hoje esse serviço é executado através do **contrato 12/2015-SR/PF/RJ (12647555)**, que tem por contratada a empresa **RODOCON CONSTRUÇÕES RODOVIÁRIAS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **30.090.575/0001-03**.

5.2. O valor atual deste contrato é o abaixo indicado:

CONTRATO	EMPRESA	OBJETO	VALOR ANUAL 2019
12/2015	RODOCON CONSTRUÇÕES RODOVIÁRIAS LTDA	Serviço de Coleta de Lixo e Entulho	R\$ 56.301,97

#### 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Deverá ser exigido na habilitação que a empresa:

- 6.1.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto do contrato, ou com o item pertinente, por período não inferior a três anos, mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 6.1.2. Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação;

6.1.3. Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

6.1.4. Escritório no Rio de Janeiro ou região metropolitana, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Contratante;

6.1.5. Cadastro no SICAF.

6.1.6. Que adote as necessárias práticas legais de sustentabilidade na utilização de equipamentos, no fornecimento de materiais e nas devidas orientações a seus colaboradores.

6.1.7. Cadastro e credenciamento da empresa junto à COMLURB para coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos especiais, em plena validade, conforme Lei Municipal nº 3.273/2001-RJ e PORTARIA COMLURB N° 2-N DE 29/01/2019.

6.1.8. Licença de Operação expedido pelo INEA – Decreto Estadual/RJ nº 42.159/2009, em plena validade;

## 7. NATUREZA CONTINUADA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

7.1. O serviço de coleta de lixo extraordinário e de entulho no prédio sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro, por sua essencialidade, visa atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades meios e finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção compromete a prestação de um serviço público e o cumprimento da missão institucional.

## 8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

8.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

Local de Execução	Unidade de medida
Superintendência Regional, localizada na Av. Rodrigues Alves, 01 - Praça Mauá - Rio de Janeiro -RJ	M³

8.2. A licitação será realizada em 1 (um) grupo com 2 (dois) itens, em função interdependência dos itens, conforme tabela abaixo:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANTIDADE MESAL ESTIMADA	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA
1	1	Coleta de Lixo Extraordinário CBO N° 514205	72 m³	864 m³
	2	Coleta Entulhos CBO N° 514205	10 m³	120 m³

8.3. O volume estimado de Lixo Comum Extraordinário e de coleta de Entulhos, foi fixado conforme histórico dos 03 (três) últimos anos.

COMPETÊNCIA	LIXO EXTRAORDINÁRIO (VOLUME M³)	ENTULHO (VOLUME M³)
set/16	86,90	5,00
out/16	50,60	5,00
nov/16	57,20	5,00
dez/16	61,60	0,00
jan/17	72,60	10,00
fev/17	56,10	10,00
mar/17	72,60	10,00
abr/17	63,80	10,00
mai/17	78,10	5,00
jun/17	77,00	5,00

jul/17	73,70	5,00
ago/17	66,00	5,00
set/17	57,20	0,00
out/17	67,10	5,00
nov/17	53,90	5,00
dez/17	64,90	10,00
jan/18	62,70	10,00
fev/18	46,20	5,00
mar/18	60,50	0,00
abr/18	79,20	20,00
mai/18	67,10	0,00
jun/18	67,10	5,00
jul/18	68,20	5,00
ago/18	78,10	10,00
set/18	66,00	5,00
out/18	74,80	5,00
nov/18	62,70	10,00
dez/18	53,90	0,00
jan/19	63,80	5,00
fev/19	63,80	5,00
mar/19	57,20	5,00
abr/19	84,70	15,00
mai/19	93,50	15,00
jun/19	61,60	5,00
jul/19	78,10	15,00
ago/19	72,60	20,00
set/19	68,20	15,00

out/19	46,20	5,00
nov/19	67,10	5,00
dez/19	67,10	5,00
jan/20	73,70	15,00
fev/20	68,20	0,00
<b>MÉDIA</b>	<b>66,94</b>	<b>7,14</b>

## 9. ESTIMATIVA EQUIPAMENTOS

9.1. A empresa contratada deverá fornecer em regime de comodato, **03 (três) coletores de polietileno de alto impacto com capacidade de 1,2m³** para coleta de **LIXO COMUM EXTRAORDINÁRIO**, e **uma caçamba de aço de 5 m³ (cinco)** para coleta de **ENTULHO** que deverá permanecer no pátio do Edifício da Polícia Federal para que seja substituída, quando cheia, durante toda a vigência do contrato.

9.2. Todos os coletores fornecidos pela contratante em regime de comodato, deverão ser identificados em sua parte externa, com logomarca, nome, telefone e e-mail da contratada.

9.2.1. A identificação dos coletores poderá ser feita com etiquetas adesivas, desde que as mesmas sejam resistentes aos processos de higienização e trocadas sempre que necessário, e deverão ser mantidos em local determinado pela contratante. Caso haja a necessidade de recolhimento, estes deverão ser substituídos por outros nas mesmas especificações.

9.3. **A remoção e transporte de Lixo Comum Extraordinários e de Entulho poderá ser feita com os seguintes veículos:**

9.3.1. **Coleta de lixo comum extraordinário:**

9.3.2. **Veículo Compactador**

9.3.2.1. Veículo com caixa coletora compactadora rígida, estanque e indeformável, fabricada totalmente em aço soldado, com superfícies internas lisas e de cantos arredondados, com capacidade útil mínima de 6 m³ (seis metros cúbicos) e dotada de calha coletora de chorume, impermeabilizada e com volume adequado à quantidade de resíduo coletado. O veículo deverá vir montado em chassi de peso bruto total compatível com o peso próprio do veículo, somado ao peso da caixa coletora cheia (peso específico mínimo do resíduo compactado igual a 500 kg/m³ - quinhentos quilogramas por metro cúbico). O sobrechassi deverá ser fabricado em aço soldado.

9.3.3. **Veículo Poliguindaste**

9.3.3.1. Veículo do tipo "Poliguindaste", simples ou duplo, com guindaste acionado por sistema hidráulico, com capacidade mínima de 7 (sete) toneladas, sapatas mecânicas ou hidráulicas, montado em chassi para peso bruto total mínimo de 12 (doze) toneladas, com tomada de força.

9.3.3.2. Veículo Roll On – Roll Off

9.3.3.3. Veículo do tipo "Roll On – Roll Off" dotado de sistema hidráulico para recolhimento e bascula de caixas compactadoras estacionárias de 7 m³ (sete metros cúbicos), no mínimo, montado em chassi com dois eixos traseiros e peso bruto total mínimo de 23 (vinte e três) toneladas.

9.3.4. **Coleta de transporte de entulho:**

9.3.5. **Veículo Basculante com Guindaste Hidráulico**

9.3.5.1. Veículo com caçamba basculante retangular, rígida, aberta superiormente, totalmente fabricada em aço soldado e apresentando cantos arredondados; de 12 m³ (doze metros cúbicos) de capacidade volumétrica mínima, montada em chassi para peso bruto total mínimo de 15 (quinze) toneladas, com tomada de força e equipado com guindaste veicular de capacidade mínima igual a 9 t.m (nove toneladas metro). O sistema de bascula da caçamba deverá ser do tipo hidráulico. Para a coleta de resíduo sólido extraordinário, a caçamba do veículo deverá possuir cobertura de lona.

9.3.6. **Veículo Baú com Carroceria Fixa**

9.3.6.1. Veículo com carroceria fixa retangular, rígida, totalmente fechada, fabricada em alumínio ou material de resistência similar; de 6 m³ (seis metros cúbicos) de capacidade volumétrica mínima, montada em chassi para peso bruto total mínimo de 8 (oito) toneladas. O transporte de resíduos neste tipo de veículo não poderá ser feito a granel; só será permitido o transporte de resíduos que estiverem devidamente confinados em recipientes estanques de material rígido e resistente.

9.3.7. **Furgão Leve**

9.3.7.1. Furgão com cabine para transporte de passageiros e carroceria para transporte de carga de, no mínimo, 500 (quinhentos) quilogramas. A carroceria deverá ser fechada, estanque, separada da cabine de passageiros, com paredes internas lisas e dotada de dispositivo para contenção de chorume (ressalto no assoalho junto à porta ou dispositivo similar). O transporte de resíduos neste tipo de veículo não poderá ser feito a granel; só será permitido o transporte de resíduos que estiverem devidamente confinados em sacos plásticos ou recipientes estanques de material rígido e resistente. O fechamento das portas de carga e descarga deve possuir vedação que evite o vazamento de chorume.

### 9.3.8. Motoneta Tipo Furgão

9.3.8.1. Motoneta com cabine para transporte de passageiros, isolada e separada da carroceria, de forma a impedir sua contaminação pelos resíduos. A carroceria deverá ser fechada e selada e ainda ser dotada de dispositivo para contenção e acumulação de chorume. As paredes internas deverão ser lisas e com cantos arredondados, de modo a facilitar sua limpeza e lavagem. A motoneta deverá ter capacidade para transportar, no mínimo, 300 (trezentos) quilogramas de resíduos, permitindo sua carga pela parte superior e sua descarga pela porta traseira. O fechamento da porta de descarga deve possuir selo hidráulico que evite o vazamento de chorume.

9.3.8.2. Os veículos tipo poliguidaste somente poderão ser utilizados na remoção de caixas estacionárias compactadoras ou de caçambas estacionárias fechadas.

9.4. Essas são as especificações mínimas de veículos e dos equipamentos que as empresas deverão comprovar que possuem, para serem credenciadas para prestar os serviços de coleta de lixo e de entulho, de acordo com a Portaria COMLURB N° 2-N de 29/01/2019.

## 10. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

10.1. Os preços referenciais decorreram de pesquisa realizada adotando o inciso I, do Art. 2º, da Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014:

*"Art. 1º A Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:*

*Art. 2º A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:*

**I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprescos.planejamento.gov.br>;**

*II - Contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;*

*III - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso; ou*

*IV - Pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias.*

*§1º Os parâmetros previstos nos incisos deste artigo poderão ser utilizados de forma combinada ou não, devendo ser priorizados os previstos nos incisos I e II e demonstrada no processo administrativo a metodologia utilizada para obtenção do preço de referência."*

10.2. **A metodologia para obtenção do preço de referência para a contratação será a média dos valores obtidos na pesquisa de preços.**

10.3. **Os valores resultantes da pesquisa de preços são os constantes no Mapa Comparativo de Preços e serão estabelecidos como valores de referência e máximos a serem aceitos pela Administração.**

## 11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

11.1. A solução será a Contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação dos serviços de coleta de lixo extraordinário e de entulho no prédio sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro, com execução mediante o regime de empreitada por preço unitário envolvendo transporte, mão-de-obra especializada e fornecimento de equipamentos.

## 12. DAS ALTERNATIVAS EXISTENTES E DO PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

12.1. Os serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal são regulamentados Pela Instrução Normativa 05/2017-SEGES/MPDG. A contratação deve ser feita através de pregão eletrônico.

12.2. Analisando diversos aspectos da contratação pretendida, verificamos que do ponto de vista da economia e gestão processual o parcelamento da licitação não se aplica visto que serão licitados 2 itens cuja prestação de serviço será a mesma, apenas com mudança do resíduo. O objetivo é obter uma economia de escala, visto que a prestadora realizará a coleta dos itens 1 e 2, bem como racionalização de servidores no gerenciamento dos contratos e fiscalização dos serviços.

## 13. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

13.1. Como se trata serviços, em sua maioria, envolvendo atividades internas de menor complexidade, a mão-de-obra contratada deverá seguir as políticas de sustentabilidade ambiental adotadas pelo órgão. Assim, cabe aos terceirizados seguir as diretrizes que são de adoção obrigatória para os servidores efetivos da unidade administrativa na redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos.

13.2. O serviço de retirada, transporte e acondicionamento final de Lixo e Entulho, deve atender as normas da Companhia de Limpeza Urbana e, da Vigilância e Fiscalização Sanitária (Lei Municipal 3273/2001) e PORTARIA COMLURB N° 2-N DE 29/01/2019 - Que Estabelece as diretrizes para o CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas que desejam prestar serviços de coleta e remoção de resíduos sólidos especiais na Cidade do Rio de Janeiro.

## 14. DURAÇÃO INICIAL DO CONTRATO

14.1. Vigência inicial do contrato será de 12 (doze) meses, podendo, à critério da administração, ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a 60 (sessenta) meses.

## 15. RESULTADOS PRETENDIDOS

15.1. Com essa contratação se pretende que não haja interrupção dos serviços de coleta de lixo e entulho para que não comprometa a atividades meio e fins desta Superintendência.

15.2. Garantir um ambiente limpo e saudável, proporcionando bem-estar não só aos servidores, como também a todos os usuários e visitantes que buscam os serviços da Polícia Federal;

15.3. Oportunizar a todas as empresas uma disputa isonômica e transparente, visando maior economia para a administração pública.

#### 16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

16.1. O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 05/2017 – SEGES do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da aquisição.

16.2. O presente planejamento atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a **área requisitante** priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

16.3. Assim, declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos a aquisição proposta.

#### 17. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

17.1. Integrante Requisitante: **AILTON FERREIRA GOMES**, Extra Quadro em exercício, Matrícula PF 9000127 lotado no AEDI/GAB/SR/PF/RJ;

17.2. Integrante Substituto: **MAURICIO SEVERO FRANÇA PINTO**, Escrivão de Polícia Federal, Matrícula PF 10.311, lotado no AEDI/GAB/SR/PF/;

17.3. Integrante Administrativo: **DANIELLE TRINDADE DE SOUZA**, Agente Administrativo, Matrícula PF 19.872, lotada na CPL/SELOG/SR/PF/RJ.



Documento assinado eletronicamente por **MAURICIO SEVERO FRANÇA PINTO**, Escrivão(a) de **Polícia Federal**, em 29/06/2020, às 13:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **AILTON FERREIRA GOMES**, Fiscal de Contrato, em 29/06/2020, às 13:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DANIELLE TRINDADE DE SOUZA**, Agente Administrativo(a), em 30/06/2020, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **15148482** e o código CRC **1812FC1B**.